MOVIMENTO

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

25 de Abril

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 10 — 11 FEV. 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SECULO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

ECONOMIA

PARA A EDIFICAÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

1. A situação económica e financeira do nosso País quando o Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974 decidiu acabar com a ditadura fascista e lançar as bases de uma nova sociedade mais justa e progressiva, em que a riqueza gerada seja cada vez melhor distribuída por aqueles que efectivamente a criam — os trabalhadores —, era catastrófica, embora aos olhos do nosso Povo a verdade fosse distorcida, omitida ou mesmo completamente deformada.

Eram os baixos salários, era o desemprego, era a subida do custo de vida, era o défice orçamental oculto, era a manutenção de preços políticos em grande número de produtos alimentares básicos, eram autorizações para novos empreendimentos que favorecessem ainda mais os grandes grupos económico-financeiros nacionais aliados ou não aos internacionais, eram as elevadíssimas despesas para manter a guerra colonial, era uma corrente migratória para o estrangeiro que alarmava qualquer cidadão minimamente informado, era o acentuar das diferenciações sociais, em suma, era alargar o fosso, já muitíssimo grande, entre as condições de vida dos que tudo criam — os trabalhadores — e aqueles que de quase tudo se apropriavam — os detentores do poder económico —.

2. Com o 25 de Abril novas condições foram criadas para que as classes trabalhadoras progressivamente tomassem em suas mãos os destinos do País e se apropriassem de facto da riqueza que criam com o seu esforço.

Avanços e alguns retrocessos têm caracterizado o nosso processo de democratização e de descolonização, podendo, contudo, dizer-se que o saldo aponta francamente de forma positiva para as classes até agora mais desfavorecidas, conforme estipula o Programa do M. F. A.

No entanto os avanços alcançados consolidam-se na luta por novos avanços e para avançar, como dizia recentemente Samora Machel, é necessário que haja inimigos, e esses temo-los nós encontrado, nos mais diversos ramos da nossa actividade, quer económico-política, quer militar.

3. No campo económico e político amplas campanhas de descrédito do novo regime, têm sido levadas a cabo, quer interna quer internacionalmente.

Do lançamento destas campanhas resultou em certo período do nosso processo de democratização um clima de menos confiança de parte da população menos esclarecida e dos nossos emigrantes.

É confortador constatar que esse clima felizmente já foi superado, não tanto pelas medidas concretas de ataque aos verdadeiros motores da máquina económica, mas pela determinação com que o M. F. A. frequentemente tem reafirmado que, quaisquer que sejam as circunstâncias, estará sempre ao lado das classes trabalhadoras.

Assiste-se assim hoje a uma situação em que a identidade M. F. A./POVO é cada vez mais uma realidade e não um slogan publicitário.

4. Contudo, como a sabotagem económica, e mesmo política, que se iniciou logo após o 25 de Abril continua e continuará se não forem tomadas medidas urgentes de ataque ao poder económico, como os planos de investimentos previstos não estão a ser executados, como no nosso País temos de caminhar para a construção de uma Sociedade em que o Estado, como forma de expressão da colectividade, terá de assumir cada vez mais um papel preponderante no campo económico, necessita para tal de recursos financeiros que ou obtém internamente ou faz empréstimos externos.

A segunda modalidade, embora necessária e indispensável mesmo nalgumas circunstâncias, cria sempre problemas de dependência que devemos evitar ao máximo.

O recurso à poupança interna apresenta-se pois como uma forma de obter meios financeiros pondo estas disponibilidades ao serviço da colectividade, canalizando-as para os sectores mais adequados, e que neste momento serão a habitação social, estruturas escolares e hospitalares, assim investimentos em sectores produtivos (agrícola e industrial) que permitam aumentar a produção, reduzindo a dependência externa e o desemprego.

5. Com o objectivo de mobilizar poupanças internas que andavam arredadas do sistema monetário e financeiro (possivelmente em colchões!...) decidiu o Governo Provisório, através do Ministério das Finanças lançar um empréstimo interno "para a reconstrução nacional". Trata-se até mais da "nova edificação nacional" do que propriamente da "reconstrução nacional". E nesta Nova Sociedade todos os portugueses estão interessados, excepto, evidentemente, aqueles que foram os grandes beneficiários do regime fascista.

6. Esse empréstimo apresenta um conjunto de características altamente favoráveis à mobilização das pequenas poupanças e daí o grande interesse na aquisição dos títulos de tesouro, ultrapassando-se já os três milhões de contos que o Governo Provisório não deixará de canalizar para as aplicações mais favoráveis ao Povo Português.

Este empréstimo é feito sob a forma de "Obrigações do Tesouro" de valor nominal de 500$00, preço acessível aos pequenos aforradores.

Por outro lado vence um juro de 10% ao ano, o que atendendo às taxas de juro correntes no mercado não pode deixar de se considerar bastante favorável e assim fazer face ao menos parcialmente à desvalorização da moeda que se concretiza com a inflacção.

Como os títulos são ao portador, qualquer pessoa que os tenha adquirido se em determinado momento necessita de realizar o dinheiro pode trancasioná-los livremente o que dá uma grande margem de disponibilidade. Além destas características favoráveis, ainda o Estado concede um prémio de reembolso de 10$00 anuais, ou seja, uma obrigação que custou 500$00 se, por sorteio, for amortizada no primeiro ano (que corresponde ao seu terceiro ano após a compra), além dos juros que foi vencendo dá direito a um reembolso de 510$00.

Integrando os prémios de reembolso para a vida média dos títulos (cinco anos e meio) a taxa média de rendimento é de cerca de 11,2% ao ano. No caso do título só ser amortizado no último ano, ou seja ao fim de oito anos, a taxa de rendimento atinge os 11,5%.

Para além disto, outro elemento importante é o facto de este empréstimo não estar sujeito a rateio, isto é, cada subscritor compra os títulos que quiser e tem a certeza que lhe serão atribuídos sem se submeter à dúvida do "empate" de capital e vir a ser mais tarde contemplado com um número reduzido de títulos ou mesmo não consguir nenhum.

Trata-se pois de um empréstimo que procura, e está a conseguir, mobilizar pequenas poupanças internas em boas condições de rentabilidade para o subscritor e que poderá vir a ser um elemento importante para as urgentes tarefas que se põem ao M. F. A. e ao seu Governo para a construção da Sociedade Portuguesa do futuro.

MOÇAMBIQUE

MOVIMENTO E REVOLUÇÃO

Saiu o 1.º número do Boletim do M. F. A. em Moçambique com a data de 1 de Janeiro de 1975. Transcrevemos pela sua importância o Editorial.

A criação do boletim "Movimento e Revolução" resulta de uma decisão tomada durante a Primeira Reunião Geral do M. F. A. em Moçambique, tendo mesmo constituído uma das conclusões desta:

"Necessidade de editar quinzenalmente o Boletim do M. F. A. em Moçambique, destinado às Forças Armadas. As Comissões Regionais deverão colaborar na sua elaboração".

Para satisfação deste objectivo, houve que proceder a uma análise muito atenta de diversos aspectos políticos, jurídicos, económicos e militares com ele relacionados. Depois procurou-se encontrar o título que melhor correspondesse à finalidade do Boletim. Definiram-se conteúdo, âmbito, estilo e estrutura. O estudo cuidado do binário emissor-receptor (redactor-leitor) conduziu a um programa, uma organização e um método de trabalho. A direcção incumbirá à Comissão Coordenadora do M. F. A. em Moçambique; a redacção e produção, a um grupo de trabalho já constituído.

"Movimento e Revolução" pretende funcionar como local de encontro e participação, e como suporte de diálogo e reflexão de todos os militares, em especial dos que servem em Moçambique. Isso não impede que nele colaborem ou mesmo tenham acesso pessoas ou entidades não militares cuja participação seja considera conveniente.

Porquê "Movimento e Revolução?".

Movimento, pela extensão e profundidade das reformas necessárias face ao atraso abissal em que o tenebroso meio século de Salazar mergulhou Portugal.

Revolução, pela aceleração explosiva que se torna indispensável imprimir a esta fase do Movimento — em todas as frentes e a partir das Bases — para que quanto antes se recupere todo o tempo perdido, para bem do Povo Português, dos Povos das antigas Colónias e da Humanidade.

É que não se vencem a apatia, a incapacidade e as qualidades negativas por simples decreto. A participação consciente, entusiástica, competente e construtiva e um aproveitamento integral das qualidades positivas do cidadão não se conseguem tão pouco por artes mágicas.

Quer se queira quer não, encontramo-nos todos envolvidos numa autêntica fase revolucionária do Movimento. De criatividade e desenvolvimento criativo e humanístico?

Assim o cremos e desejamos, até que — reduzidos/os vícios, os erros, as injustiças e as alienações de base à sua expressão mais simples, a valores desprezáveis — através deles se garanta a consolidação das conquistas alcançadas e do próprio processo ascencional, e a passagem a uma fase mais cimentada do Movimento. Esta a realidade portuguesa. Esta a perspectiva do M. F. A. em Moçambique!

Quem, por ignorância, defeito de visão ou indeferença, preferir subestimar os factos, teimar em ver a perfeição e a justiça onde podiam e deviam existir mas não existem de facto, está definitivamente condenado a "ver passar o comboio", senão a prejudicar o processo de recuperação que o 25 de Abril tornou possível, o que é mais grave.

"Movimento e Revolução" será pois um boletim com temas e imagens destinado a todos e a cada um dos estratos das F. A. P. em Moçambique.

Além de diversas secções como M. F. A., Moçambique, Interface — Reflexão — Desalienação, o M. R. incluirá uma revista de Informação destinada aos militares em Moçambique que não têm possibilidade de a fazer por si sós, e que constituem a grande maioria. Salvo indicação em contrário, os textos serão sempre originais.

Foram especial e naturalmente privilegiadas neste número as Mensagens de Ano-Novo 75 (Ano da Independência), os Balanços de 1974 e as rubricas Disciplina, Descolonização, Desalienação e M. F. A.

A conveniência de fazer coincidir o primeiro número com o Primeiro do Ano e a impossibilidade real de lançar uma iniciativa deste alcance, complexidade e delicadeza sem um mínimo de planeamento, segurança e tempo faz com que os dois primeiros números saiam ligeiramente desfasados. Temos no entanto boas razões para crer que os números subsequentes chegarão aos leitores com oportunidade, nas quinzenas a que respeitam.

(Continua na pág. 6)

Neste número, em separata: o poster "Povo Português Livre"

NOTÍCIAS

DINAMIZAÇÃO INTERNA DAS FORÇAS ARMADAS

Agora que a Campanha de Dinamização, junto das populações, está definitivamente implantada e consolidada, tem o M. F. A. que se dedicar à sua própria dinamização, isto é auto-dinamizar-se.

Tem sido dito e constatado, por todos aqueles militares que têm participado nas Campanhas de Dinamização Cultural, que para além dos largos resultados obtidos junto das populações, a maior vitória tem sido para as próprias F. A., que têm aprendido com o Povo, que estão mais esclarecidas politicamente, têm mais exacta noção da situação real e do atraso do nosso Povo como consequência do meio século de fascismo.

O contacto com as realidades humanas, económicas e políticas por todo esse país, dão aos militares uma consciência de "justiça social" que jamais se apagará das suas mentes e os tornará irreductíveis no processo revolucionário em que estão a participar em estreita união com as massas trabalhadoras.

A Campanha de Dinamização vai, dentro em pouco, passar a outra fase mais desenvolvida, principalmente orientada para a ajuda concreta na resolução de problemas locais das povoações e populações mais atrasadas. Para isso tem de haver uma preparação prévia para que o processo resulte eficazmente.

As F. A. têm de virar-se para dentro, isto é, fazer um esforço de Dinamização Interna com uma preocupação prioritária ao esclarecimento político dentro das próprias unidades militares. Isto é fundamental para tornar mais coesas as F. A. e mais conscientes os militares que terão agora de entrar numa fase mais avançada de apoio às populações.

Conseguir-se-ão decerto resultados muito positivos com sessões culturais idênticas às que têm sido utilizadas a posterior período de esclarecimento, com cuidada incidência política, visando a organização e estruturação do M. F. A. e sua futura institucionalização.

Esta auto-dinamização deve ser da iniciativa do próprio comandante da Unidade e total participação dos militares dessas unidades.

A linha ideológica e política do M. F. A., claramente expressa no seu programa, a transmitir a todos os oficiais, sargentos e praças das F. A., para um melhor entendimento das suas missões, permitirá a mobilização de todos, de forma a evitar divisões, tão desejadas e exploradas pelos nossos inimigos, que tentam a todo o custo, com influências partidárias, quebrar a unidade do M. F. A. e a aliança com o Povo.

"NÃO MAIS HÁ LUGAR NAS NOVAS F. A. PARA ELEMENTOS QUE NÃO SEJAM DIGNOS DO POSTO QUE OCUPAM"

Alocução proferida na B. A. n.º 1, em 19 de Dezembro de 1974, quando da cerimónia de imposição dos "brevet" a novos pilotos, pelo major piloto-aviador José Alberto Morais da Silva.

CAMARADAS!

No momento histórico por que passa o nosso País, poderá perguntar-se, uma vez que à primeira vista acabaram as responsabilidades militares em África, a razão de se continuar a preparar futuros combatentes. A resposta a essa pergunta, que para alguns espíritos poderá não ser evidente, será, porém bastante clara. Depois do 25 de Abril, os militares deste país passaram a ter não apenas as obrigações de combatente mas também obrigações cívicas!

São pois estes os dois parâmetros que vos guiarão no vosso futuro e que vamos analisar de seguida:

Quanto ao primeiro, não nos podemos de modo algum esquecer, que muito embora tenha acabado a guerra em África, as nossas obrigações e responsabilidades para com os povos que aí vivem não acabaram. Antes pelo contrário, aumentaram até substancialmente.

Neste momento, algumas potências estrangeiras, devido a interesses de toda a ordem, aguardam o inevitável clima de uma certa instabilidade que é normal aparecer em todos os novos países, para fomentarem aventureirismos que tragam essas nações para a sua esfera de domínio. Mesmo antes de atingirem a independência e nós já bem vimos alguns exemplos, certos elementos que tinham todas as vantagens concedidas pela anterior situação não estão dispostos a abandoná-las sem luta. Luta essa que provoca sempre conflitos raciais que uma vez postos em marcha são bem difíceis de cortar. Por estas três ameaças agora referidas, podemos ver como continuamos a precisar, mais do que nunca, de ter umas Forças Armadas aptas.

As condições de luta são agora bem mais difíceis, pois não será apenas uma luta militar. A necessidade de manter um elevado nível profissional é condição fundamental para que, uma vez chamadas a actuar, as nossas Forças Armadas possam cumprir com eficiência.

Analisemos agora a segunda missão, a missão cívica.

Quando foi obtido o cessar fogo, muitos militares pensaram que não mais seria necessário haver mobilizações para África. A breve trecho porém, algumas das ameaças atrás apontadas foram aparecendo, o que rapidamente levou a uma mudança de ideias.

Não pbdemos de modo algum abandonar os povos de África. Sustentámos uma guerra por 13 anos. Muitas cicatrizes ficaram. Temos assim uma obrigação histórica, um conjunto de responsabilidades que não podemos alijar. Os próprios povos africanos precisam de nós, como fiel da balança que mantém o equilíbrio absolutamente essencial.

Acabou a guerra da Guiné, mas o P. A. I. G. C. pediu ao nosso Governo que não abandonássemos totalmente aquele Território. Por lá temos alguns camaradas nossos, pilotando helicópteros e alguns aviões, colaborando activamente com o Governo desta nova República.

Por estas palavras podeis ver a importância da vossa missão em África. Mas cá, no nosso país?

Vivemos um momento histórico. A democracia começa a dar os primeiros passos ainda vacilantes e facilmente poderá tropecar. Apenas as Forças Armadas poderão amparà-la eficazmente. Para tal, têm de ser unidas entre os vários Ramos e dentro de cada um deles. Terá de haver disciplina, pois só assim poderão cumprir. E é aqui que surge a importância de a partir de hoje, estes nossos camaradas serem elementos que vão enquadrar militares mais novos e com menos preparação.

Tendes de fazer compreender aos vossos camaradas o que se entende por disciplina e unidade e as razões da sua vital necessidade.

Mas não penseis que esta compreensão aparece como resultado apenas de reuniões e debates nas Unidades. Evidentemente que estas actividades contribuem para se obter resultados, mas não só. É no vosso comportamento perante os vossos superiores e inferiores, que a devida consciencialização se vai obtendo. Que interessa que determinado militar fale bem em reuniões e até exponha excelentes ideias e conceitos se, depois, na prática, esse mesmo militar não cumpre as suas obrigações, quer cívicas nem militares.

E por exemplo que se consegue obter resultados. Não mais há lugar nestas novas Forças Armadas para elementos que não sejam dignos do posto que ocupam.

E não vos esqueçais nunca, que as Forças Armadas ao fazer o 25 de Abril abriram um caminho novo para o País, e serão as responsáveis se esse caminho se voltar a fechar.

O nosso povo, está bem consciente desse facto e por isso, a juntar ao imperativo moral e militar que vos obriga a ser sempre melhores, a Nação exige essa entrega total em todos os momentos.

REUNIÃO COM ADIDOS MILITARES ESTRANGEIROS

No passado mês de Janeiro a Comissão Coordenadora do Programa do M. F. A., recebeu os adidos militares estrangeiros acreditados no nosso país, na intenção de esclarecer certos acontecimentos da vida nacional que têm vindo incorrectamente interpretados e divulgados em certa imprensa estrangeira.

Da Abertura, a que se seguiu um interessante debate, salientamos a seguinte passagem:

— "O 25 de Abril terminou, em Portugal, com uma ditadura que durou quase meio século e com uma guerra à qual se vinha opondo, ideologicamente, o maior número dos países do Mundo. Inexplicavelmente, governos de Nações que foram amigos da nossa Nação, durante um período que em nada dignifica a comunidade interna nacional, hesitam na colaboração necessária à reconstrução de Portugal. A nós, que somos militares, custa-nos entender tais hesitações ou adiamentos que em nada contribuem para o reforço de uma tradicional amizade que desejaríamos mais sólida.

— Os oficiais e sargentos do M. F. A., e grande parte da população masculina portuguesa da geração dos 20 aos 30 anos, foram caldeados numa guerra que, colocando-os em contacto com as populações mais desfavorecidas das colónias, os humanizou em vez de os transformar em simples armas de guerra. Estão, assim, extraordinariamente sensibilizados para com os problemas das populações mais desfavorecidas razão porque, em 25 de Abril, aconteceu uma revolução que os tem como objectivos e não um simples golpe de estado. As Forças Armadas portuguesas deixaram de estar ao serviço de minorias para colocar as suas armas ao serviço das maiorias mais desfavorecidas. Compreender isto é, em grande parte, compreender os acontecimentos que ocorrem em Portugal.

— A guerra que fomos obrigados a fazer porque, para além das baixas havidas, foi em vão, permitiu-nos tirar uma conclusão que, julgo, interessará a todas as Forças Armadas do Mundo. Os processos naturais, contínuos e suaves de selecção e limitação das populações humanas, alterados com a evolução da medicina, foram, pelos poderes políticos ou económicos dos governos dos homens, substituídos por processos não selectivos, esporádicos e brutais: as guerras.

— As Forças Armadas, detentoras de cada vez maior capacidade de destruição, terão que tomar consciência, o mais rapidamente possível, da sua missão no Mundo. Se a sua missão não é a destruição de seres humanos e, antes contribuir para a sua vida mais feliz sobre a Terra, então terão que deixar de ser joguetes de poderes políticos ou económicos de minorias e fazerem pressão para que a sociologia encontre processos artificiais de limitação encontre processos artificiais de limitação de populações, que sejam aceites por toda a humanidade."

EXÉRCITO

Reuniu no passado dia 5 de Janeiro o Conselho do Exército.

ARMADA

A Assembleia de Delegados da Armada continua a reunir regularmente. A última reunião do dia 30 de Janeiro teve a seguinte agenda:

1) Informações:

a) De carácter geral;
b) Das unidades.

2) Projecto de regulamento da A. D. A. Ponto da situação.

FORÇA AÉREA

Dia 24 de Janeiro realizou-se mais uma assembleia de delegados da Força Aérea. Além de uma breve exposição da 2.ª divisão do E. M. F. A. foram discutidos os seguintes assuntos — integração dos sargentos nas estruturas do M. F. A.; institucionalização do M. F. A. e ainda a composição da representação da Força Aérea na Assembleia do M. F. A.

MOÇAMBIQUE

Comunicado final da reunião do M. F. A. de Moçambique:

15 DE JANEIRO
DE 1975

1. Decorreu em Lourenço Marques durante os dias 13, 14 e 15 de Janeiro de 1975 uma reunião geral do M. F. A. de Moçambique. Estiveram presentes oficiais representativos do comando-chefe, dos comandos dos três ramos das Forças Armadas, da comissão coordenadora e das comissões regionais do M. F. A., de Nampula, da Beira e de Lourenço Marques, sob a presidência do contra-almirante Vítor Crespo na sua qualidade de comandante-chefe e de membro da comissão coordenadora do programa do M. F. A.

2. Esta reunião teve como objectivo a análise da situação geral em Moçambique e da actividade do M. F. A. em Moçambique e Portugal e suas relações e a definição de linhas de actuação futura em Moçambique.

3. A reunião decorreu em ambiente de grande coesão que determinou convergência de esforços no sentido de serem encontradas soluções mais válidas para os problemas em estudo.

4. Para além de se analizar toda a problemática das Forças Armadas portuguesas, no contexto do processo de descolonização de Moçambique, a assembleia reiterou o seu incondicional apoio ao cumprimento do acordo de Lusaka, cujas oportunidade e justeza mais uma vez confirmou, quer na forma quer no espírito e a total confiança na FRELIMO como legítima representante e vanguarda do povo moçambicano.

5. Foi reconhecida como fundamental a dinamização dos contactos a todos os níveis entre os elementos dos órgãos do M. F. A., como garante da continuidade dum processo, que levaria à completa consciencialização da necessidade de todos os militares continuarem a participar activamente nas tarefas que incumbem às Forças Armadas portuguesas na reconstrução Nacional, de que um processo correcto de descolonização constitui pilar essencial.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DO M. F. A.

A Assembleia de Delegados do M. F. A. presidida pelo general Costa Gomes, apreciou, na sua reunião do passado dia 6 "a evolução política do País, os resultados das campanhas de dinamização cultural e problemas relacionados com o papel do Movimento das Forças Armadas na vida política do País".

O comunicado final acrescentava ter sido, ainda, "prestada informação sobre o andamento da descolonização nos diversos territórios africanos, pelos respectivos delegados do M. F. A."

Conforme já afirmámos no n.º 4 do Boletim — "Não há dúvida que a actuação do M. F. A. na Guiné teve importância decisiva no processo de descolonização". Divulgamos hoje um importante documento aprovado por aclamação, em Bissau, no dia 1 de Julho de 1974 numa Assembleia Geral do M. F. A. com mais de mil delegados (oficiais, sargentos e praças) de todas as unidades dos três ramos das F. A., de acordo com a organização e estrutura democrática alargada do M. F. A. na Guiné.

Este documento impulsionou francamente o avanço do processo de descolonização que, à altura, estava a sofrer um atraso, reflectido no impasse das próprias Conversações de Londres com o P. A. I. G. C., em consequência da política de "descolonização" prosseguida nessa altura.

Mas, para além do significado que lhe deve ser atribuído no contexto do processo de descolonização, este documento pode justamente ser considerado um marco no processo de institucionalização do M. F. A., em moldes democráticos, alargado a todos os estratos das F. A., pois só a circunstância de através dele, serem as próprias F. A. que faziam ouvir a sua voz, pôde assegurar-lhe a força e a eficácia real que efectivamente assumiu retirando definitivamente as ilusões aos nostálgicos do colonialismo que sonhavam ainda com os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais para impor soluções de força na Guiné.

Mais uma prova como a determinação firme do M. F. A. em levar a bom termo os propósitos do seu Programa, venceu e vencerá todos os seus inimigos, sejam eles internos ou externos.

A INDEPENDÊNCIA NÃO É UMA CONCESSÃO CONQUISTA-SE LUTANDO

Considerando que o Programa do M. F. A., ao traçar os princípios orientadores da política ultramarina do Governo Provisório, é bem vlara ao reconhecer que a *"solução das guerras é política e não militar"* e ao impor "lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz";

Considerando que o Programa do Governo Provisório Dec.-Lei n.º 203/74 de 15 de Maio) impõe, sem qualquer exclusão, a "exploração de todas as vias políticas que possam conduzir à paz efectiva e duradoura no ultramar";

Considerando que, para essa política poder ter uma eficácia real no sentido apontado, é indispensável atender aos condicionalismos existentes em cada um dos territórios em guerra;

Considerando que a independência, que nunca pode ser uma concessão, se conquista lutando, demonstrando na luta uma capacidade de emancipação de que o P. A. I. G. C. já deu sobejas provas, exprimindo inequivocamente o sentimento nacional verdadeiro e as legítimas aspirações populares à dignidade e à soberania nacional;

Considerando que a ideologia do P. A. I. G. C. tem uma grande adesão popular e domina o panorama político da Guiné, como a prática diária comprova e como é reconhecido por todos os observadores sérios e sem segundas intenções, entre os quais o próprio Encarregado do Governo e Comandante Chefe a entrevista concedida recentemente à *France-Press;*

Considerando que os grupos políticos surgidos na Guiné após o 25 de Abril carecem de legitimidade e representatividade, apenas tendo servido para envenenar o ambiente político da Guiné;

RESPEITAR OS TRATADOS INTERNACIONAIS

Considerando que a República da Guiné-Bissau é um estado soberano reconhecido internacionalmente por 86 Países, com o estatuto de observador permanente na O. N. U., membro de pleno direito em várias agências especializadas e, recentemente, eleito Vice-Presidente da Conferência da Organização de Unidade Africana (O. U. A.);

Considerando que a República da Guiné-Bissau pediu recentemente o seu ingresso como membro de pleno direito da O. N. U., sendo o seu reconhecimento internacional um facto tão forte que o número de países que reconhecem a República da Guiné-Bissau é já superior ao daqueles que mantêm relações diplomáticas com Portugal;

Considerando que a Resolução n.º 03061 da Assembleia Geral da O. N. U. de 9 de Setembro de 1973 fala de ocupação ilegal de algumas áreas da República da Guiné-Bissau pelas forças militares portuguesas;

Considerando que as resoluções e recomendações da O. N. U. se impõem pela força de um tratado internacional — a Carta das Nações Unidas — que Portugal assinou;

Considerando que o Programa do M. F. A. e do Governo Provisório impõem o respeito pelos "compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor";

Considerando que o Governo Provisório já manifestou expressamente o propósito de cumprir as resoluções e recomendações da O. N. U. sobre a descolonização dos territórios africanos;

Considerando que o P. A. I. G. C. demonstrou já plenamente a sua capacidade para administrar o território, fazendo-o progredir, e para defender os interesses do seu povo, como se demonstra pelo facto de a produção agrícola das regiões libertadas ser superior à das áreas sob controle militar português;

Considerando que o P. A. I. G. C. é o único agrupamento político cuja ideologia e programa asseguram a convivência e a igualdade de direitos de todas as etnias da Guiné, e o respeito pelos legítimos interesses dos europeus aqui fixados;

RECONHECER A REALIDADE POLÍTICA

Considerando que o P. A. I. G. C. sempre manifestou a sua solidariedade pelo povo português, dirigindo a sua luta apenas contra o colonialismo, o racismo e fascismo que também a revolução de 25 de Abril quis varrer definitivamente de Portugal e das Colónias;

Considerando os profundos sentimentos anticolonialistas e os desejos de paz que animam o povo português e os militares portugueses actualmente na Guiné.

O M. F. A. na Guiné reunido em Assembleia Geral no dia 1 de Julho de 1974;

Perfeitamente identificado com os princípios consignados no Programa do M. F. A. e do Governo Provisório;

Consciente de que a realidade política-social da República da Guiné-Bissau e do P. A. I. G. C. não é compatível com o seu enquadramento nos limites de uma auto-determinação pela via de um referendo ou qualquer outro processo semelhante;

Convicto de que o impasse verificado nas negociações com o P. A. I. G. C. tem por causa a recusa sistemática da J. S. N. em reconhecer sem equívocos esta realidade política da Guiné, continuando a insistir em propostas que não dão garantias ao P. A. I. G. C., aos restantes Movimentos de Libertação à O. U. A., e à comunidade internacional de estar o Governo português seriamente interessado em reconhecer o direito à independência não só da Guiné, mas também de Moçambique e Angola;

Verificando que aquele impasse está a provocar a rápida deterioração da situação política, económica e social da Guiné;

NÃO FAZER O JOGO DO COLONIALISMO E DOS SEUS ALIADOS

Dado que as grandes reformas de fundo em todos os sectores só podem ser efectuadas pelo governo legítimo da Guiné-Bissau e de acordo com o Programa do P. A. I. G. C., sendo para esse efeito indespensável a resolução prévia do problema através do reconhecimento da independência;

Guiné-Bissau e reflexamento de Angola e Moçambique, pois continua a verificar-se, como durante o fascismo, o temor de certos sectores reaccionários em aceitar uma solução política justa na Guiné para não serem criados precedentes em relação às restantes colónias;

Tendo em conta ser objectivo dessas mesmas forças reaccionárias, ou pelo menos consequência possível do actual impasse, o aparecimento de tendências para resolver localmente o problema independentemente da posição do Governo central;

Tendo em conta que a eventual concretização duma tal política não seria aceite pelo P. A. I. G. C. que pretende um acordo com o Governo português, válido perante a comunidade internacional;

Repudiando uma eventual solução local do problema, sem o acordo do Governo central, devido às consequências negativas que provocaria na situação política em Portugal, além de criar um grave precedente que instigaria as forças reaccionárias do racismo branco a tentarem também soluções unilaterais em Angola e Moçambique;

Verificando que o impasse da solução política para a Guiné está a contribuir para a deterioração da situação política em Portugal comprometendo a credibilidade interna e externa do Governo Porvisório por fazer duvidar da sua real capacidade para executar uma "política ultramarina que conduza à paz".

CONSOLIDAR A DEMOCRACIA

Tendo em conta que a assinatura de um acordo político justo na Guiné constituiria um importante contributo para a consolidação da democracia em Portugal e abriria o caminho para o encontro de soluções políticas mutuamente aceitáveis para Angola e Moçambique na base do reconhecimento inequívoco do direito à independência;

E tendo em conta, a existência de um perigo real de recomeçarem as operações militares, o que seria trágico não só pelas vítimas inglórias a que tal daria lugar mas sobretudo por ser possível a derrota militar que justamente o 25 de Abril quis evitar;

Delibera:

1 — Repudiar qualquer solução local e unilateral que não seja aceite pelo Governo central de Portugal;

2 — Exigir que, vencendo os obstáculos levantados pelas forças reaccionárias e neo-colonialistas, o Governo português de acordo com as resoluções pertinentes da O. N. U., reconheça imediatamente e sem equívocos a República da Guiné-Bissau e o direito à auto-determinação e independência dos povos de Cabo Verde, única política susceptível de conduzir à paz verdadeira;

3 — Exigir que sejam imediatamente reatadas as negociações com o P. A. I. G. C., não para negociar o direito à independência mas tão só os mecanismos conducentes à transferência dos poderes;

Contributos para a história do M. F. A.

GUINÉ
NÃO À SOLUÇÃO NEO-COLONIAL

Tendo em conta que o prolongamento do impasse pode dar origem a graves convulsões político-sociais que, impedidndo o curso pacífico mas irreversível do processo de descolonização, comprometam à partida o desenvolvimento independente da Guiné-Bissau assim se fazendo o jogo do colonialismo e dos seus aliados;

Tendo em conta que tal estado de coisas é fomentado e desejado pelas forças reaccionárias e neo-colonialistas com o intuito de comprometer o acesso à independência verdadeira da

4 — Exigir que sejam desde já dadas por findas as comissões de todos os militares com 18 meses no mato ou 21 meses em Bissau, processando-se a evacuação gradual dos restantes militares nos termos dos acordos a celebrar com o P.A.I.G.C.;

5 — Apelar para que os militares portugueses encarem a sua presença actual e futura na Guiné, como uma forma de prestar a sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné assim contribuindo para o pagamento da divida histórica criada pelo colonialismo português.

DA GUINÉ: REGRESSO DAS ÚLTIMAS UNIDADES DE FUZILEIROS

HISTÓRIA

AS FORÇAS ARMADAS E O 28 DE JANEIRO DE 1908

UMA LUTA MAIS VASTA

A tentativa de revolta contra a ditadura de João Franco ocorrida a 28 de Janeiro de 1908 insere-se numa luta mais vasta que começara no malogrado 31 de Janeiro de 1891.

A governação monarquica afogara a revolta do Porto numa vaga de repressão, sendo muitos os republicanos obrigados a abandonar o país.

O Partido Republicano, depois de um decréscimo de influência, consegue fazer eleger três deputados pelo círculo do Porto nas eleições de 1900. Eram eles Afonso Augusto da Costa, Paulo José Falcão e Francisco Xavier Esteves.

Os sucessivos governos monarquicos viam-se uns após outros a braços com uma grave crise em todos os sectores, ao mesmo tempo que o Partido Republicano alargava a sua influência a vastas camadas da população especialmente a pequena burguesia, numericamente muito importante.

Nas eleições de 29 de Abril de 1906, os republicanos sofrem um duro revés não conseguindo eleger nenhum deputado. A 19 de Agosto desse mesmo ano e depois da queda do governo de Hintre Ribeiro, nova consulta ao eleitorado promovida pelo novo Chefe do Governo João Faria, dá ao Partido Republicano quatro deputados — a minoria de Lisboa. Foram eles Afonso Costa, Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Meneses.

Em Abril de 1907 as Cortes são dissolvidas por D. Carlos e começa o consulado de João Frasco que irá durar 10 meses. Este período esteve cheio de contradições e situações ambíguas, onde as "intenções moralizadoras" do governo se transformaram na destruição da liberdade e na legalização da arbitrariedade.

Na "Illustração Portuguesa", de 24 de Fevereiro de 1908, Cunha e Costa referia-se aos "benefícios" que a ditadura franguista havia concedido ao nosso povo:

"Uma a uma todas as liberdades públicas desapareceram. (...) Os direitos de reunião e associação são virtualmente suprimidos. A imprensa entra politicamente no regime da nota oficiosa (...) Quem reage é suspenso (...) Os municípios são violentamente espoliados das suas verações eleitas e, no lugar destas, comissões franquistas põem e dispõem da liberdade e da fazenda dos municipes".

A 23 de Dezembro, João Frasco reforma a câmara dos povos e convoca um parlamento com poderes constituintes, violando a constituição. A situação era na verdade caótica.

João Chagas, no seu livro *"1908 — Subsídios para a História da Ditadura"* (Lisboa 1908) emprega a palavra *fantástico* para classificar o modo como o país era governado:

"Portugal está a ser governado de uma forma fantástica. De que imaginam que havia de lembrar-se o dictador, depois de se collocar em dictadura? — De ... consultar a opinião pública.

Esta não lembra ao diabo! Pois bem! Do que não lembra ao diabo, lembra-se o dictador. Elle tem mais imaginação que o Diabo (a).

UMA SITUAÇÃO QUE SE IA DETERIORANDO

A situação ia-se deteriorando e o descontentamento instalar-se tanto nas fileiras dos republicanos como dos monarquicos.

Em Abril de 1907 começara a greve académica de Coimbra que teve um importante papel na mobilização popular para a luta contra a ditadura. Quando da chegada de João Frasco a Lisboa depois de uma viagem ao Porto, os graves incidentes ocorridos na estação do Rossio foram um aviso de que o povo não estava disposto a tolerar por mais tempo a ditadura (1).

O director do *"Diário Illustrado"*, Alvaro Pinheiro Chagas, jornalista monarquico, reconhecia em 1913:

"Infelizmente, a dictadura não correspondera às esperanças do Paiz" (2).

Com efeito o objectivo central era derrubar — ditadura de João Franco, e para isto, tanto republicanos como um largo sector monárquico estavam de acordo.

É neste contexto que surge o 28 de Janeiro de 1908. No dia 21 é preso João Chagas:

"Trouxeram-me para aqui esta madrugada à 1 hora. Vim do Governo Civil n'um trem acompanhado por três policias secretas. Fizeram-me entrar na casa da guarda do quartel, onde os soldados dormiam embrulhados em cobertores" (3).

França Borges, director de *"O Mundo"*, também é detido nesse mesmo dia. Sorte igual tem António José de Almeida e Alfredo Leal no dia 22.

Estas prisões foram antecedidas da do comerciante Victor de Sousa em cuja loja haviam sido encontradas grandes quantidades de revólveres (4).

No entanto, tudo leva a crer que estas medidas estariam mais ligadas à repressão quotidiana do que propriamente à descoberta de algo sobre a conjura.

A. Pinheiro Chagas, na obra acima citada, escreve a propósito:

"Os factos que depois se deram e o verdadeiro acaso a que se deveu o decobrir-se a tempo a tentativa revolucionária, mostram que efectivamente a policia estava longe de suppôr, como o estava também o governo, de que tal tentativa se desse por aquelles dias mais próximos." (5)

"Fora um policia da esquadra da Câmara Municipal que, estranhando a entrada para o elevador que estava parado, de várias pessoas que lá se tinham conservado, chamara a atenção do chefe para o caso."

A nota oficiosa distribuída à imprensa refere-se a dado passo a este incidente:

"Em seguida à apreensão de revólveres e outras armas e a detenção dos senhores João Chagas, França Borges, António José de Almeida e dos comerciantes Leal e Sousa, como comprometidos em planos de atentados e conspirações, o governo deliberou publicar em complemento do decreto de 21 de Novembro, que entregou o julgamento de crime desta natureza ao juizo de instrução criminal — certas providências, que, por então, se lhe afiguraram ser a que a circunstâncias reclamam.

(...) Simultaneamente, descobriu-se um depósito de revólveres; punhaes e algumas carabinas em uma das dependências do ascensor da Bibliotheca, onde tambem foram encontrados e detidos os senhores Affonso Costa, visconde da Ribeira Brava e Egas Moniz, e em cujas proximidades foram vistos outros elementos da dissidencia progressista. Cumpre esclarecer que o serviço deste elevador, que costuma parar às 9 horas, fora excepcionalmente mandado cessar, nessa noite, às 6, dispensando-se a essa para quase todo o pessoal. (6)

O Dr. Alpoim e João Pinto estavam na escada de um prédio do largo de S. Julião que tem comunicação com o largo da Biblioteca, onde morava um oficial da marinha implicado no movimento. Quando a policia entra no elevador da Biblioteca, aqueles dois subiram para a casa do oficial da marinha desfasendo-se das armas na sala e fugindo pela porta das traseiras (7).

Quanto a outras ocorrências, a mais grave teve lugar nas imediações do Rato, quando um grupo de civis armados sairam de um botequim na Rua da Escola Politécnica e abateu a tiro um policia (guarda n.º 352 da 10.ª Esquadra), que estava à porta do Sr. Morais Sarmento. Em seguida, o mesmo grupo assaltou um eléctrico na mesma rua e, disparando firos para o ar, dirigiu-se para o Príncipe Real. Perto da esquadra de S. Sebastião da Pedreira, também se registaram incidentes. Ainda na Rua da Escola Politécnica, um guarda municipal foi espancado por populares. Começaram então as rusgas e as prisões. A nota oficiosa acima citada continua:

"Em outros locais realizaram-se numerosas prisões de gente diversamente armada, a qual em grupos ou isoladamente, se encontrava dissiminada por certos e determinados pontos da cidade.

Posteriormente apareciam novos depositos de resolveres, punhaes e bombas nas proximidades dos quartéis do Cabeço de Bola e de Santa Bárbara."

Em Campo de Ourique é encontrado um caixote de bombas. Quanto a prisões, devem ter-se cifrado em cerca de uma centena. Afonso Costa em *"Memórias do Circeu"* aborda essa questão:

"O Moovimento no governo Civil era, no entretanto, enorme. Batiam portas com violência; passavam policias fardados e à paisana em tropel, no pateo; ouviam-se vozes dos comandantes dando ordens breves, por vezes em grita, com vehemencia. Eram novas prisões? Tudo o faria supôr, tanto mais que no gabinete do juiz se disse, deante de mim, que já havia *70 Capturas!"*

"O Século" de 30 de Janeiro de 1908, refere-se a 96 prisões efectuadas, repartindo-se os detidos pelos fortes de Caxias, Sacavém (onde estavam 25 civis e *4 militares de Infantaria n.º 16)* e também no Castelo de S. Jorge onde esteve preso o tenente Álvaro Poppe. A *"Illustração Portuguesa"* de Janeiro de 1908 refere-se ao número de 100 prisões.

De notar que, como se pode ler em *"O Século"* de 1 de Fevereiro de 1908, "Entre os detidos não figuram operários, trabalhadores, nem elementos da população suburbana, sendo quase todos pertencentes a uma classe média".

Quanto a vítimas, além do guarda morto, ficaram ainda feridos os seguintes policias: n.º 1443, n.º 1450 e n.º 1369 da 10.ª Esquadra; n.º 493 da 5.ª Esquadra; n.º 387 da 8.ª Esquadra e n.º 759 da 20.ª Esquadra (7).

O professor Bettencourt, que ficara ferido, veio a falecer no dia 30 de Janeiro. Nesse mesmo dia, foram suspensos os jornais *"Diário Popular"*, *"Correio da Noite"*, *"Dia"*, *"Liberal"* e *"Paiz"*.

Todos estes acontecimentos tiveram o seu quê de improviso e de má organização. As palavras de A. Pinheiro Chagas, dão-nos bem a imagem do que se passou:

"Esta tentativa revolucionária tinha até um certo aspecto de revolução de operetta. Por todos os lados se tinham encontrado bombas que não haviam explodido, contra algumas esquadras tinham sido jogadas, como pedras, explosivos que tombaram inoffensivas no chão; os individuos presos não tinham offerecido a menor resistência." (8)

Nos regimentos a tranquilidade era completa." (A)

Mas as Forças Armadas estariam mesmo na situação de expectativa? E o tenente Alvaro Poppe preso em S. Jorge. E os 4 militares de Infantaria n.º 16 presos em Sacavém?

O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO REPUBLICANA

A 27 de Janeiro, numa entrevista ao jornal *"Matin"*, João Franco respondeu a uma pergunta sobre uma hipotética conspiração militar:

"— Pode desmentir categoricamente um boato e todos os outros, mais ou menos bem intencionados que circulam. Espero que dentro de alguns dias poderá constatar comigo que o presidente do conselho estava bem informado." (10)

De certo modo, podemos concluir que as autoridades não estavam ao corrente ou ignoravam a existência de movimentações "subversivas" nas forças armadas.

No entanto, desde 1907 que a organização republicana se vinha fortalecendo e multiplicando em especial na Armada.

Em Agosto de 1907, esboçava-se o reforço dessa organização com Machado Santos, Cândido dos Reis, os capitães-tenentes Álvaro de Oliveira Soares, subdirector dos Serviços Marítimos do Arsenal da Marinha e João José Lúcio Serejo Júnior, Marinha de Campos e o tenete Mascarenhas Inglez.

Machado Santos exprime bem a pretensa facilidade que se afigurava aos conspiradores o derrubamento da monarquia:

"Nesta primeira entrevista com Marinha de Campos e Mascarenhas Inglez, quase fiquei convencido de que a República era a cousa mais facil de fazer, porque apenas faltava para isso a adhesão de três homens: D. Carlos, João Franco ... e eu." (11)

Com efeito, a organização nas forças armadas envolvia sérios riscos. Por vezes a ilusão de que tudo ia bem, era destruída pela realidade. Os contactos com os vultos republicanos civis eram frequentes; numa reunião no escritório de Alexandre Braga, estiveram Machado Santos, João Chagas, Cândido dos Reis, Alberto Costa e Serejo Júnior, é o próprio João Chagas a aconselhar moderação aos militares, dizendo que nada seria de tentar sem o apoio do exército.

"Mas o exército é nosso! Disse eu ingenuamente à illustre assembleia. Os sorrisos que obtive em resposta comvenceram-me do contrário." (12)

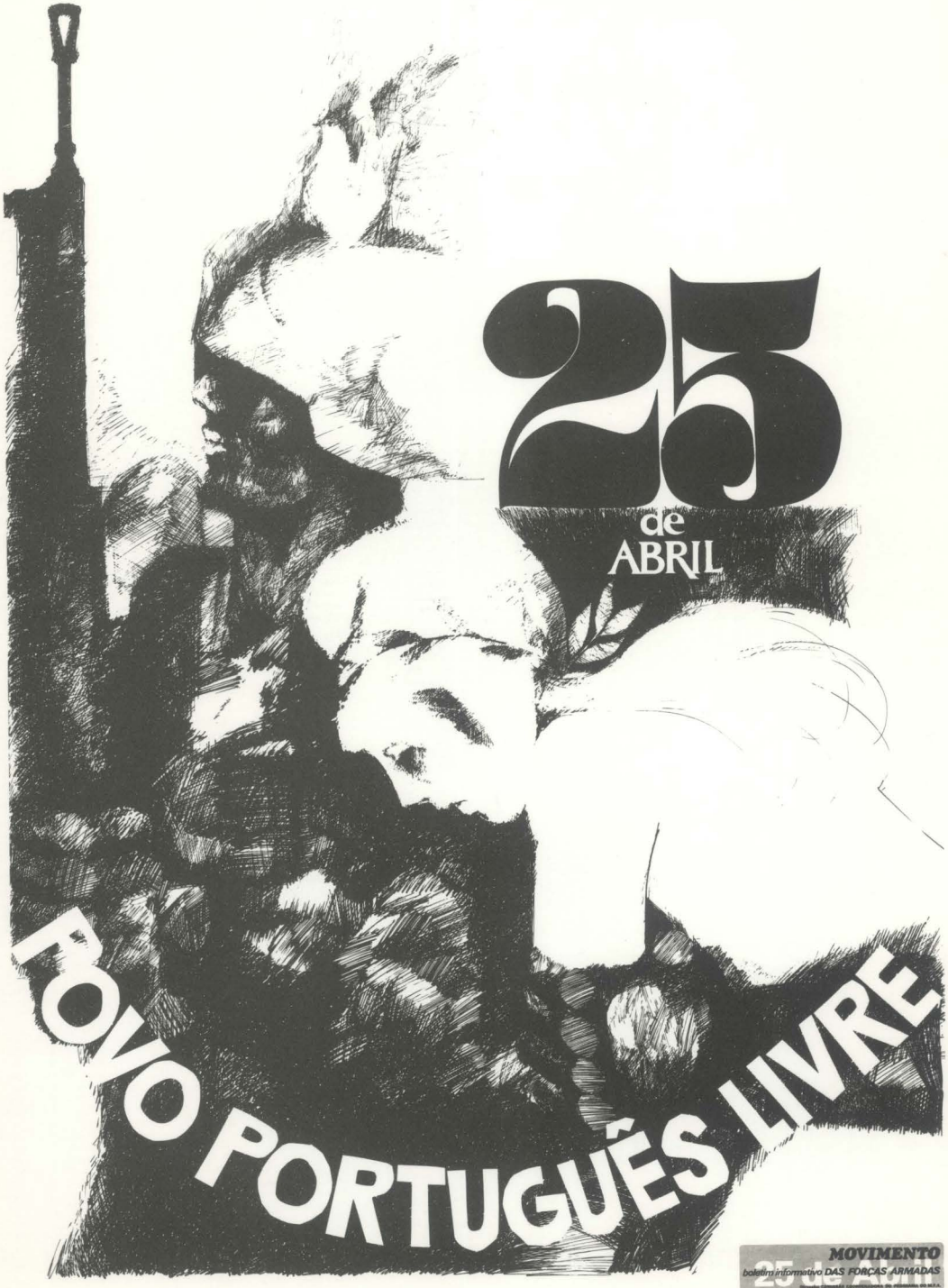
Esta reunião tem uma grande importância porque nela foram decididas tarefas imediatas nas forças armadas com uma reunião com oficiais. Esta reunião viria a fracassar porque ... era necessário um coronel para chefiar os revoltosos. Na classe de oficiais, o retraimento era manifesto.

"O desanimo era geral, e o espectro do regulamento de disciplina militar, apavorava muitos." (13)

Ao mesmo tempo a repressão nas forças armadas era grande.Militar suspeito de simpatias republicanas ou liberais, era desterrado para a província ou reformado compulsivamente como foi o caso do capitão-tenente Serejo Júnior ou exonerados como o capitão-tenente Andrêa.

Outra das tarefas que saiu da reunião em casa de Alexandre Braga foi a organização dos marinheiros. Cândido dos Reis via alguns inconvenientes em relação à disciplina; em caso de rebelião os marinheiros agiriam unicamente enquadrados por oficiais para:

"... mostrar assim aos camaradas agaloados que o movimento não era um acto de indisciplina das praças, mas sim um movimento nacional organizado, o que faria com que os neutros se nos pudessem juntar sem desdouro, e



MOVIMENTO
boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS
25 de Abril

os contrários encarassem o problema pelo lado que o seu patriotismo melhor lhes indicasse." (14)

Foi Machado Santos que, com o auxílio dos civis Francisco Thomaz de Oliveira e Augusto d'Assumpção Rodrigues, lançou ombros à tarefa da organização dos marinheiros. Os dois civis eram moradores em Alcântara e tinham boas relações com as tripulações dos barcos de guerra.

Assim, pouco tempo depois, "... aliciaram-se mais de oitenta camisolas de alcaxa!" (15)

A organização começou com o cabo marinheiro António Correia da Silva e o primeiro-cabo artilheiro n.º 1139 Manuel Teixeira, tendo este último de se desligar para não levantar suspeitas; ambos tinham regressado dos cuamatas. António Correia da Silva, agregou a si entre outros: cabo artilheiro n.º 772 Silvestre Fernandes Ferreira, cabo artilheiro n.º 936 José de Pinho, cabo artilheiro n.º 957 José Joaquim Lopes de Sá e Manuel da Cunha Lusitano, cabo sinaleiro n.º 897 António Paes Gomes Júnior (Garçan), cabo fogueiro n.º 921 José Joaquim (Grano), cabo-marinheiro Amaral, primeiro-artilheiro Ricardo Mariano, primeiro-artilheiro n.º primeiro-artilheiro 1505 José dos Santos Martins, corneteiro n.º 4184 João d'Oliveira, cabo-marinheiro reformado Mac-Hinley e cabo-marinheiro n.º 1158 João Ignácio da Rocha.

O 28 DE JANEIRO

Entretanto, dá-se o 28 de Janeiro. A prisão dos dirigentes republicanos entre os quais elementos chegados aos militares, como João Chagas, provocou reacções nas forças armadas.

Esboça-se rapidamente um plano para a libertação dos presos. O objectivo principal era a prisão de João Franco entre as 4 e as 6 da tarde, sendo mantido num barco de pesca enquanto não passasse para um de guerra.

O capitão-tenente Serejo comandaria o corpo de marinheiros, e o capitão-tenente Andrêa, comandaria a guarda e grupos civis com o objectivo de tomarem o Arsenal da Marinha. Cândido dos Reis dirigir-se-ia para o *S. Gabriel* para se juntar ao primeiro-tenente Branco Martins com guarnição e 80 000 cartuchos. Cândido dos Reis marca o Cais da Viscondessa para ponto de reunião dos oficiais da marinha em casa de Soares Guedes, o fornecedor dos transportes marítimos. Machado Santos fica na Rua do Ouro até às 6 da tarde ficando com Serejo até às 11 da noite. O capitão-tenente Andrêa estava a postos na Rua do Arco da Bandeira pronto a assaltar o Arsenal. No entanto tudo falhou. As unidades entraram de prevenção e o sinal não veio. Cândido dos Reis manda Machado Santos dar contra ordens e tudo fica sem efeito. De notar que havia contactos com Helder Ribeiro de Caçadores n.º 2, ao mesmo tempo que Marinha de Campos procurava sublevar a fragata *D. Fernando,* que estava sob controle como o atesta a seguinte passagem de Machado Santos na obra citada:

"Ao emissário que lá mandara, o Sr. João Salgueiro Rodrigues, o cabo lá respondeu que se obedecia às ordens do Sr. tenente João Manuel de Carvalho, official que eu lhe havia indicado como sendo aquelle a quem unicamente devia obedecer."

Também as baterias de Queluz estavam do lado dos revolucionários.

É de notar no entanto que o corpo de marinheiros dispunha apenas de 3009 cartuchos, o que vem confirmar uma passagem elucidativa da *"Illustração Portuguesa"* de Janeiro de 1908, pág. 248:

"Simultaneamente o corpo de marinheiros é posto de quarentena e virtualmente desarmado, pois que lhe tiram as munições e arrancam às boccas de fogo dos navios de guerra surtos no Tejo os respectivos percutores."

Ainda houve tentativas nos dias seguintes que falharam acabando por desmobilizar os intervenientes.

No dia 1 de Fevereiro, Alfredo Luis da Costa e Manuel dos Reis Buissa executam o atentado que vitimará D. Carlos e outros membros da família real.

Nas eleições de 5 de Abril de 1908, além dos deputados republicanos que haviam sido eleitos em 1906, entra no parlamento Estêvão de Vasconcelos, José Maria de Moura Barata Feio Terenos e Manuel de Brito Carvalho. A partir deste momento a influência dos republicanos nas forças armadas não mais deixará de aumentar até ao dia 4 de Outubro de 1910.

Mas "... o 4 de Outubro de 1910 ficaria transferido para 1940, se não fosse o trabalho antecedente, os esforços dos correligionários já acima indicados, e sobretudo os meus marujos; d'estes outros vieram a salientar-se ainda mais que os indicados, mas todos eram filhos da organização do 28 de Janeiro." (15)

NOTAS

(a) João Chagas — *Subsídios Críticos para a História da Dictadura* — Lisboa 1908, pág. 185.
(1) Nesses incidentes foram detidos cerca de 18 pessoas entre republicanos e monárquicos dissidentes.
(2) Álvaro Pinheiro Chagas — *O Movimento Monárquico* — Lisboa 1913, pág. 52.
(3) João Chagas — *Dezasseis dias nas Paulistas* (Diário da Prisão), *idem*, pág. 383.
(4) *Illustração Portuguesa* — Janeiro de 1908.
(5) Álvaro Pinheiro Chagas — *Idem*, pág. 75.
(6) *O Mundo*, de 1 de Fevereiro de 1908, n.º 2599.
(7) *Diário de Notícias*, n.º 15 156, de 30 de Janeiro de 1908.
(8) Álvaro Pinheiro Chagas — *Idem*, pág. 90.
(9) *Idem. Ibidem*, pág. 91.
(10) *Diário de Notícias*, n.º 15 157, de 31 de Janeiro de 1908.
(11) Machado Santos — *A Revolução Portuguesa — Relatório — Lisboa 1911, pág. 10.*
(12) *Idem. Ibidem*, pág. 10.
(13) *Idem. Ibidem*, pág. 17.
(14) *Idem. Ibidem*, pág. 11.
(15) *Idem. Ibidem*, pág. 13.
(16) *Idem. Ibidem*, pág. 23.

PROGRAMAS NA RÁDIO E NA TV DO M. F. A.

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e esclarecimento do seu Programa, medida essencial para a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira via surgiu o "Boletim Informativo", agora já no seu 10.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.as, 5.as e 6.as feiras das 18,15 às 19,00 horas, e no Rádio Clube Português, 4.as e Sábados das 22,00 às 22,20 horas. Quinzenalmente às 3.as feiras, pelas 21,15 horas também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.

OS MILITARES E A DESCOLONIZAÇÃO

Como tem sido afirmado por vários observadores internacionais, o processo de descolonização Português tem-se revestido de aspectos completamente inéditos na História da Humanidade.

Pela primeira vez se assiste a uma descolonização, em que ambas as partes intervenientes (há bem poucos meses em posições antagónicas) demonstram terem grande número de objectivos comuns, que se podem sintetizar na intenção de se construirem novos países de expressão portuguesa, verdadeiramente independentes, não sujeitos aos interesses neocolonialistas.

A prática da descolonização nestes últimos meses, tem comprovado a afirmação de que os movimentos de libertação não lutavam contra o povo português mas sim contra o fascismo-colonialismo.

Ao longo dos anos de guerra, os povos de Portugal e das colónias, tiveram cada vez com maior clareza a noção de que travavam uma luta comum para o derrubamento da ditadura fascista.

Os soldados, como povo em Armas, são os primeiros a sentir na carne a natureza injusta da guerra que eram obrigados a travar.

imperialismo não abandonam a cena e jogam em força no boicote do processo.

O objectivo é dividir os povos, lançá-los em lutas fraticidas, manipulando organizões, semeando a confusão e a inquietação, através da provocação armada, para depois, poderem avançar e impor aos povos, governos do seu agrado, só independentes de fachada. Esta é a táctica do Imperialismo.

O florescimento de grupos fantoches, dirigidos por elementos, geralmente africanos, ligados ao colonialismo e ao fascismo, que se verificaram em Angola, Moçambique, S. Tomé e ainda Cabo Verde é significativo destas manobras de Divisão. As provocações armadas, sejam os motins de Lourenço Marques, os massacres de Luanda ou revoltas separatistas de Cabinda, são fomentadas pelos inimigos da Independência, que manejam a seu grado os grupos terroristas racistas que o colonialismo deixou.

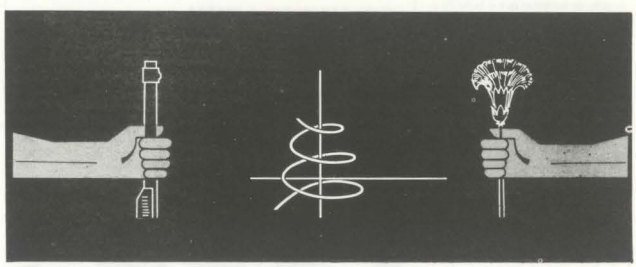
Nas próprias forças Armadas Portuguesas os grupos reaccionários tentam e às vezes conseguem actuar. Explorando certos traumatismos provocados pela guerra, explorando as di-

e, em primeiro lugar, com o terceiro mundo, ao qual ficamos intimamente ligados.

AMIZADE E COOPERAÇÃO PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A amizade e a cooperação com os novos Estados de língua portuguesa deve guiar-se, como já vem referido no protocolo aprovado na cimeira do Algarve, entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola, pelos princípios de independência — não opressão e não ingerência nos assuntos internos — igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

O respeito estrito pelos princípios apontados é a condição exigida para que a amizade e cooperação se possam desenvolver numa base justa, donde tenham desaparecido todos os vestígios do colonialismo e se cortem as tentativas neocolonialistas que visam tanto a independência das ex-colónias como a nossa própria liberdade.



A Descolonização da Guiné, em que o M. F. A. soube dar todo o apoio às forças de libertação e ao povo, é um exemplo que se está a repetir nos outros territórios.

Como ainda recentemente afirmava um dirigente da Frelimo, Portugal tem demonstrado que descolonizar não significa abandonar. Descolonizar não é só o assinar de acordos nas conferências, é fundamentalmente a defesa e consolidação no dia a dia desses mesmos acordos.

Os militares portugueses que ainda estão em África têm um importante papel a desempenhar. Ombro a ombro com as forças dos movimentos de libertação os militares portugueses estão e estarão ao lado do povo na defesa de um processo de descolonização pacífico, respondendo clara e decisivamente às provocações dos grupos e interesses estranhos aos respectivos povos.

AS MANOBRAS DA REACÇÃO

Incapaz de compreender a grandeza do processo de descolonização, certos sectores da burguesia colonialista e o

ficuldades concretas que coloca a descolonização, os inimigos do povo pretendem semear a desconfiança e quebrar a unidade das Forças Armadas.

Todos esses movimentos estão ligados intimamente a Portugal, pois os processos de democratização e descolonização estão intimamente unidos e dependentes. A tentativa de golpe de Estado no dia 28 de Setembro, foi precedida pelos motins em Lourenço Marques e Luanda e estava em ligação com eles.

O Povo português que em 28 de Setembro cortou o passo à reacção protegeu não só a democracia em Portugal como o próprio processo de descolonização, tal como por exemplo o povo de Angola o processo de democratização português.

Com base nesta solideriedade e nesta união, com base nas provas que são dadas por Portugal face às ex-colónias, no seu combate contra as forças reaccionárias, estão criadas condições políticas favoráveis para o estabelecimento e desenvolvimento de relações privilegiadas entre o nosso país, e os novos Estados de língua portuguesa que já existem ou serão criados no decurso deste ano, bem como com todos os países do mundo,

Os novos Estados de língua portuguesa têm ou terão sérias dificuldades em diversos campos da vida, dado que o regime colonialista pouco ou nada lhes deixou, tanto em meios humanos como em meios materiais. Em todos os domínios será necessária a cooperação.

O protocolo do Acordo da Cimeira do Algarve refere a cooperação nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, financeiro e militar, e prevê a assistência do Estado português na criação de um Banco emissor em Angola. O apoio à Guiné já começa a realizar-se com o envio de médicos, farmacêuticos e professores e com o intercâmbio fomentado pelas associações de amizade que vai desde o fornecimento de leites até livros escolares, verdadeiras expressões da solideriedade de dois povos em luta.

Portugal pelo seu maior desenvolvimento e pela sua posição na Europa Ocidental é um elemento de ligação importante para os novos Estados de língua portuguesa. Com efeito face à luta pelo controle do mundo que actualmente se trava, tanto Portugal como país pequeno não imperialista, como os novos Estados Africanos, como países em vias de desenvolvimento, tem necessidade de se unir e fortalecer os seus laços.

CONTINUAÇÕES

A REVOLUÇÃO AGRÁRIA NA ARGÉLIA

(Continuação da pág. 8)

plicação levada a cabo pelas autoridades locais.

O desejo de aplicar a Revolução Agrária com equidade e no respeito estrito dos textos que a regem traduziu-se na instalação da comissão nacional de recursos e em quinze comissões de distrito, encarregados de se pronunciar sobre todo o contencioso que surgisse nesta segunda fase, muito delicada pois comportava a delemitação das terras privadas — etapa decisiva da Revolução Agrária.

A delimitação das terras — feita segundo a sua produtividade e não segundo critérios de dimensão — deixará a cada proprietário uma superfície que lhe permita viver razoavelmente com a sua família — rendimento-base por ano à volta dos 10 000 DA (70 000 escudos). O excedente — se houver excedente — será entregue a camponeses sem terra.

O caso dos proprietários absentristas é mais claro e no seu conjunto foram tocados pelas nacionalizações. As terras recuperadas no decurso desta segunda fase começaram já a ser distribuídas. É a prova que a Revolução Agrária ultrapassou com sucesso o seu mais difícil obstáculo. A próxima etapa, a regulamentação da pastorícia e da exploração das florestas e das águas anuncia-se já mais serena. Mas os camponeses argelinos sabem agora que não podem adormecer sobre os louros conquistados.

REACCIONÁRIO — INÉRCIA VIVA

Reaccionário, o que é? Não tanto aquele que quer regressar a um passado recente, mas, sobretudo, quem não quer pensar para si mesmo em termos de mudança, a despeito de ter caminhos abertos à sua frente pelos quais pode optar livremente. Na sua passividade, no seu conservadorismo egoísta, na sua inércia a novas ou outras soluções, o reaccionário, não coopera, não colabora, ou remete-se a um silêncio triste, ou repete "slogans" ou rumores orientados, ou integra-se em círculos fechados de maledicência. Assim, a sua atitude — que é procedimento insconstciente — serve melhor o activismo contra-revolucionário do que a própria revolução ou os seus interesses pessoais. O reaccionário pode ser só ignorância — total ou específica — ou, até, defesa natural de cágado metido na sua carapaça, caracol escondido na casca ou ouriço ou porco espinho enrolado em si mesmo. Não é luta. Não dá luta. Não concebe combate frontal ou envolvente de qualquer espécie. É pedra, contudo, à espera que a atirem. Rès pronta a ser guiada para outro pasto ao grito do pastor, ao golpe do cajado, à focinhada dilicente do podengo.

Mas não se julgue que é so ó pobre perdido dum norte ou dum nordeste engeitados pela informação e conhecimento, o verdadeiro reaccionário. Ele está também no meio da pequena e média burguesias cioso de previlégios que alcançou sem combate e sem conquista, mas que lhe sabem bem e não quer ver perdidos por inovações de ideias ou sistemas. Depois, há um certo espírito de classe de que não se liberta. É o povo e ele. É ele e o povo. E o povo, porque é agora não já rebanho que o envolve mas manada consciencializada sobre o quer e o caminho que vê, o povo — dizíamos — assusta-o até ao pânico. O que podia fazer , de também ser povo, não é capaz, porque se sente classe, uma falsa classe de convencimento. Uma classe que o novo caminho das ideias e dos sistemas de vida, automaticamente eliminado por inútil e inoperante. Classe que não existe porque ninguém a quer, mas que nem por isso é menos perigosa na sua inexistência ou falsa existência. Reaccionário será, pois, hoje, todo aquele que diz que não quer ser isto porque não pode ser aquilo, já que, verdadeiramente nunca foi nem será coisa nenhuma.

É o ignorante de tudo. É o ignorante de parte. É o ignorante de quanto não sabe ou não quer saber. Mas é também o abúlico, o medroso, o cobarde, o hesitante. É-o o surdo-mudo por natureza ou posição. O cego que não aprendeu a mover-se pelo ouvido ou intuição natural. O fanático que se hipnotisou sobre uma linha rígida, ou um ponto de luz, ou o tic tac dum relógio. Nada disto serve hoje, no meio do movimento que se gerou e arrasta consigo um povo que não admite peso morto, carne sem vida, espírito apagado feito cinza...

Que o reaccionário pense um pouco em si e se disponha a colaborar ainda que com a pobreza das suas potencialidades realizáveis. Com uma revolução que, quer queira quer não, o tem que aproveitar ou neutralizar sem apelo nem agravo...

MOVIMENTO E REVOLUÇÃO

(Continuação da pág. 1)

A finalizar, a Comissão Coordenadora do M. F. A. em Moçambique faz questão de sublinhar que o facto de o 25 de Junho estar próximo não impede que "Movimento e Revolução" deva ser objecto de pleno desenvolvimento e vector de uma acção vogorosa, até porque a comparticipação de todos nós no Movimento é fundamental e será necessariamente entendida e prolongada em Portugal...

AVISO

PEDE-SE A TODAS AS UNIDADES E SERVIÇOS QUE INDIQUEM, PARA A 5.ª DIVISÃO DO EMGFA, O NÚMERO DE BOLETINS QUE DESEJAM RECEBER TENDO EM CONTA AS PERCENTAGENS RELATIVAS DE OFICIAIS, SARGENTOS E PRAÇAS.

PRETENDE-SE DAR A MAIOR DIVULGAÇÃO DAS EDIÇÕES DESTE BOLETIM, SEM CONTUDO SER POSSÍVEL, PELO MENOS POR ENQUANTO, FORNECER UM BOLETIM A CADA MILITAR.

NOTÍCIAS

EXÉRCITO: REESTRUTURAÇÃO DO M. F. A.

EQUIPAS DE INFORMAÇÃO INTERNA E RELAÇÕES PÚBLICAS

O Exército para levar a bom termo as tarefas enunciadas no Programa do M. F. A., especialmente as relativas à DEMOCRATIZAÇÃO, DESCOLONIZAÇÃO, MAIOR JUSTIÇA SOCIAL e DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, *terá que estar Coeso, Disciplinado e manter elevado moral e entusiasmo no cumprimento desta missão motivadora e resultante do 25 de Abril.*

Cada vez mais a participação consciente e entusiástica de cada militar é uma necessidade para que, numa conjugação de esforço, se crie a força suficiente que conduza Portugal ao lugar que merece no conjunto dos povos democráticos.

Há que utilizar ,e incentivar essa participação desenvolvendo a comunicação em todos os sentidos e a todos os níveis por forma a reforçar a capacidade e autoridade do Comando. Por outro lado haverá também que colaborar e participar nas tarefas de desenvolvimento económico e social do nosso povo criando relações que conduzam à identificação F. A./POVO.

Para cumprimento destes propósitos o M. F. A. reestruturou-se tendo em vista a sua identificação com todas as F. A. a reestruturação levada a efeito, no âmbito Exército, considera-se fundamental a participação que as Unidades, Estabelecimentos e Orgãos possam contribuir como "elementos-base" de todo este processo revolucionário.

Tendo em vista a dinamização do processo e participação de todos os elementos, determino que em cada Unidade, Estabelecimento ou Orgão Militar da Metrópole e CTIMAD e Açores seja criada uma Equipe de Informação Interna e Relações Públicas de acordo com as seguintes normas:

1. São criados, *ao nível unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, Equipes de Informação Interna e Relações Públicas (E. I. I. R. P.) constituindo elemento do E. M. pessoal do Comando.*

Nas Regiões Militares, C. T. I. e E. M. E. é criada uma Secção de Informação Interna e Relações Públicas na dependência da 2.ª Rep.

2. *As E. I. I. R. P.* são constituídas *por Oficiais e Sargentos do Q. P. e Q. C. e Praças, uns e outros quando prontos da instrução. Poderá incluir pessoal civil, quando o mesmo fizer parte dos quadros efectivos da Unidade, Estabelecimento ou Orgão.*

Os membros são eleitos pelas respectivas classes por períodos não inferiores a três meses nem superiores a seis, podendo, no entanto, serem reeleitos.

O número será fixado pelo Comando não devendo ser inferior a seis elementos (mínimo 2 praças) e superior a doze. Casos haverá em que a composição terá que ser adaptada às características efectivos e função da Unidade, Estabelecimento ou Orgão.

3. A actividade destas *Equipes será desenvolvida em acumulação com as suas actividades normais, devendo, no entanto, procurar-se que lhe sejam cometidas tarefas afins à missão da Equipe.*

Não confundir esta Equipe com as Comissões de bares, salas, cantinas, etc., embora aquelas devam estabelecer relações por forma a criar e/ou desenvolver as Comissões mencionadas.

4. Como finalidade e tendo em consideração o introito das presentes normas e ainda a actual missão das F. A., designadamente no âmbito cívico e de dinamização cultural, incumbe às E. I. I. R. P. colaborarem no fortalecimento do moral da sua Unidade, designadamente:

— Pelo esclarecimento (informação interna) e consciencialização de todo o pessoal no tocante à execução e concretização do Programa do M. F. A.;

— Pelo conhecimento das Directivas e Instruções dimanadas dos Orgãos Superiores, caso do Conselho Regional e ainda E. M. E. (circulares, Planos de Info Interna, etc.);

Pela participação interna e externa (relações públicas) na busca de soluções adequadas e exequíveis no âmbito do bem-estar nos seus variados aspectos, dentro da unidade, em especial nos âmbitos de:

— Formação Cultural; Distracções; Desportos; Convívio; Ambiente Social; (Evitar a Ociosidade); Situações económicas de famílias; Instalações; Alimentação; Dinamização das Comissões de bares; Cantinas, etc.;

— Pelo auxílio prestar aos órgãos e/ou entidades cívis por forma a contribuir para o bem-estar e desenvolvimento das populações, no âmbito da acção cívica e dinamização cultural;

— Pela apresentação ao Comando das questões que necessitem de decisão com vista a possível execução e concretização das finalidades atrás apontadas, e ainda informação relativa ao "estado de espírito" da Unidade.

O ciclo do esclarecimento e relações públicas completa-se, através do canal de Comando, com a comunicação para os escalões superiores de tudo quanto pelo seu significado ou competência transcenda o âmbito da Unidade.

Sempre que julgado conveniente e segundo determinações do Comandante da Reg. Militar os elementos da E. I. I. R. P., ou parte, poderão acompanhar o Comandante da Unidade às reuniões do Conselho Regional.

Salienta-se que a actividade destas Equipes se deve reger por normas apartidárias no respeitante a aspectos políticos.

5. *As E. I. I. R. P.* devem reunir *com o Comandante, no mínimo, semanalmente, o que não obsta a que o façam sempre que haja matéria justificativa ou o Comandante o entenda.*

UMA OPINIÃO

POR UM EXÉRCITO NOVO

Não se trata de transformar, mas de substituir.

Terá de ser um Exército capaz de existir sem preconceitos.

Terá de ser um Exército sem classes e com uma Hierarquia que se faça valer.

Mas uma hierarquia sem privilégios humanos que não os mercidos pela própria valia de quantos forem iguais para todos.

Há alturas em que transformar é impossível e isto acontece precisamente com as grandes instituições quando o tempo as fechou em si mesmas e lhes enrijeceu as cascas. Acontece com instituições sociais e políticas, e, particularmente, com as maiores, as religiosas, as militares, as da justiça, as da instrução e da cultura...

Dentro da instituição militar o Exército é, pelo seu volume e absorvência, o ramo mais importante e representativo das Forças Armadas. Face a uma revolução de ideias e de estruturas, é, em princípio, o primeiro a manifestar-se e o último a realizar-se.

Manifesta-se, vencida a inércia, em toda a sua pujança e com toda a sua força. Realiza-se quando o propósito de transformação é ultrapassado pela determinação de se imolar, por outro, novo, diferente, sem vínculos nem estigmas que o liguem ao anterior.

É por isso que não acreditamos em qualquer processo evolutivo se se teve de chegar à revolução, como foi o nosso caso, para evitar a convulsão total.

É isto que muita gente teima em ignorar, mais porque não quer ver, do que propriamente por não saber.

A revolução portuguesa de Abril de 1974 não foi, de forma alguma, o epílogo feliz de uma conjurá de jovens oficiais. Foi — sim — a consequência lógica de se ter negado a possibilidade de qualquer processo de evolução no sentido de uma maior liberdade cívica e de uma correspondente responsabilidade na governação, na administração e no funcionamento geral da nossa sociedade. Essa evolução foi tentada por via legal que as próprias estruturas do Estado não quiseram considerar mesmo nas melhores oportunidades. Por isso, a revolução.

Ora uma revolução não é processo nado morto, mas nado-vivo. Quer dizer. Não é processo que comece e acabe com o derrube do regime destrido, mas antes movimento que então se inicia em busca de nova ordem e de equilíbrio sociais.

A medida, portanto, que a revolução se desenvolve e se aclaram as posições e situações da perturbação que produzem, diminuem as possibilidades da contra-revolução, o que não quer dizer que logo se neutralize a reacção passiva ao processo revolucionário.

Se a revolução teve — como no nosso caso — a característica feliz de se fazer sem sangue, a contra-revolução tornou-se mais difícil porque não a favoreceu a confusão e a injustiça que se gera sempre na violência. Em contrapartida, a reacção prolonga-se no tempo e na inércia às reformas revolucionárias, porque as pessoas que não sentiram directamente no espírito e no corpo a reviravolta produzida, sempre ficam com uma reserva reaccionária de apatia e negativismo.

O que importa, então, no desenvolvimento da revolução é que ela não pare enquanto não se ponham todos em movimento orientado em sentido positivo e operante.

Passando da sociedade em geral para as instituições, e fixando-nos, no âmbito destas, na instituição militar e no Exército, o fenómeno só se altera na amplitude e não na natureza.

De facto, o Exército, estrutura orgânica fechada na sua ética por um enquadramento hermético, tradicionalista, conservador e eivado de preconceitos, mesmo quando faz a revolução ou a consente, não aceita facilmente a continuidade dos efeitos desencadeados. Dá-se nele, portanto, uma espécie de travagem, uma tentativa imediata de retardamento, aliás muito perigoso.

Sê-lo-á se houver cerimónia na implantação do processo revolucionário dentro das estruturas militares, substituindo-as onde a modificação for impossível ou difícil, e, sobretudo, seleccionando, dos seus quadros, os que forem capazes de se adaptarem às novas concepções.

É preciso que se note que essas concepções terão de ser forçosamente diferentes das que enformaram a instituição e o Exército no tempo, pelo menos, do último meio século, em parte trazidas já do antecedente, mas em aspectos muito específicos ou particulares, característicos daquela época.

Dentre esses aspectos ressaltam o da apolitização dos militares e consequente despolitização, definível por um misto de ignorância e desinteresse político. Quanto a concepções ultrapassadas, há duas que transcendem todas as demais por serem base do funcionamento eficiente de todas as instituições deste ou doutro tipo: são as de disciplina, e de hierarquia. Mas há (ainda) outros conceitos a consagrar, como a ideia força de que as Forças Armadas são o Povo em Armas.

Muitas pessoas criticam em círculos fechados de maledicência os militares que viram de cabelos compridos, boinas na mão, meias multicores, sapatos de fantasia e outros despropósitos de atavio e de comportamento.

Criticam estas coisas com muita razão porque há coisas que chocam toda a gente, e aproveitam a oportunidade para contarem as últimas anedotas da reacção e os rumores postos a circular, queixam-se também das promoções e graduações ad hoc e do critério do saneamento e da feitura das escalas. Alguns dos que criticam são cívis a quem convém criticar. Outros — a maior parte — são militares já na reserva ou ainda no activo.

Não comentamos as pessoas a não ser pelo facto de fazerem as suas críticas e fazerem as suas queixas em círculos fechados de maledicência...

... Mas contestamos a atitude de quem, em vez de se dispor a colaborar no estabelecimento duma nova ordem e num preciso equilíbrio, social ou militar, continua a defender à "outrance" a apolitização dos militares, a disciplina imposta, a hierarquia com direitos adquiridos e indiscutíveis, os privilégios das classes em termos de discriminação, e a manutenção de critérios de promoção não selectivos, quando não francamente negativos no aspecto humano e profissional.

Entendemos então que é preciso acelerar o processo revolucionário e prolongá-lo até se chegar ao termo que, em Abril de 1974, se definiu!...

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	65$00
Ultramar e Brasil	68$00
Estrangeiro	104$00

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89$00
Ultramar	161$00
Espanha	89$00
Brasil	177$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146$00
Países Não-Europeus (excepto Brasil)	213$00

PEDIDOS A:
DISTRIBUIDORA *"O SÉCULO"* — Rua do Século — Lisboa

★ Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos à Distribuidora *"O Século"*, Rua do Século, 41 a 63, Lisboa.

ARGÉLIA: O TRIUNFO DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA

As experiências dos outros povos não podem ser adaptadas mecanicamente à realidade portuguesa. Mas é importante saber como outros povos foram capazes de ultrapassar os seus problemas como corpo de ensinamentos para a nossa própria experiência. Com base em textos da revista argelina "Revolution Africaine" se publica esta panorâmica da revolução agrária em curso naquele país.

A 17 de Junho de 1972, no decurso de uma cerimónia que passou a ser data na história da Argélia Socialista, 254 camponeses da comuna de Khemis-El-Khechna receberam das mão do presidente Boumediène os primeiros títulos de atribuição de terras. Foi o começo do longo processo de aplicação das disposições de textos base da Revolução Agrária, que levará a uma transformação radical do meio rural argelino. Dois anos depois, os numerosos sucessos obtidos não deixam qualquer dúvida sobre a eminência da concretização total deste objectivo revolucionário portador de esperança e dignidade para as massas mais deserdadas da Argélia.

Aniversário da Revolução Agrária, o 17 de Junho de 1972 não marca apenas o seu nascimento mas sobretudo o seu primeiro sucesso. Como se sabe, a carta que adopta o princípio do regresso da terra aos que a trabalham foi animada em Novembro de 1971 pelo Presidente do Conselho da Revolução e do Conselho de Ministros, tendo sido o projecto elaborado desde o ano anterior. Quando apareceu, este texto, verdadeiramente revolucionário, apenas encontrou cepticismo ou hostilidade da parte daqueles que não podiam compreender o seu significado. Para os que cépticos — muitas vezes sinceros — ele anunciou uma mudança demasiado brutal do clima rural tornando difícil o seu sucesso. Para os hostis — quaisquer que forem os seus argumentos — tratava-se antes de tudo de denegrir o movimento nascente que os ameaçava privar das vantagens consideráveis que tiravam da terra graças ao suor dos camponeses pobres. A carta, com efeito, não deixava qualquer ilusão: quem não trabalha a terra não tem direito a ela.

Punha-se assim fim a uma desigualdade gritante que , dez anos após a independência, subsistia ainda nos campos argelinos.

DAS ASPIRAÇÕES ÀS REALIZAÇÕES

Seria difícil querer fazer desde já o balanço global da Revolução Agrária argelina dado que a sua aplicação está ainda em curso. E sobretudo porque ela provocou já profundas mutações, não somente a nível dos camponeses, mas em todas as camadas da população. Facto certo é que, desde 17 de Junho de 1972, data do seu lançamento efectivo em KhemiKhemis-El-Khechna, a Revolução Agrária traduziu-se, para além do seu sucesso político, por uma mobilização da quase totalidade das massas camponesas em redor dos seus objectivos.

A IDEIA-FORÇA

No plano das realizações, constatamos que a Revolução Agrária concretizou, através dos seus órgãos — aldeias agrícolas, cooperativas de produção, cooperativas de serviço — a transformação das condições de vida dos camponeses. Pode-se dizer que o conjunto de estes órgãos não mais é que o instrumento da ideia-força que é a inserção dos camponeses no circuito de desenvolvimento geral do país.

A cooperativa da Revolução Agrária, a título de exemplo, é, não somente, uma unidade económica mas também uma escola efectiva de democracia, no seio da qual o camponês aprenda o exercício das técnicas modernas de gestão planificação afinando e aguçando o sentido da responsabilidade e do civismo. A aldeia agrícola realiza a promoção efectiva das massas camponesas e a sua integração numa sociedade moderna. Porque a finalidade não reside na mera atribuição de um alojamento decente a um camponês e no criar-se equipamentos socio-educativos, mas sobretudo na sua integração numa comunidade homogénea expurgada das relações desiguais — donde o dar-se-lhe o nome de aldeia socialista.

Com efeito, a comunidade nova gerada pela aldeia socialista dá a imagem não só das relações socio-económicas como humanas de tipo socialista. Porque, a partir de agora, já não subsiste qualquer desigualdade. No plano económico, os camponeses estão inseridos em cooperativas, são produtores-gestores, senhores do seu destino. No plano político, a aldeia socialista oferece a visão de uma colectividade equilibrada e em conformidade com os objectivos do socialismo. A aldeia socialista vai ser a forja do homem argelino novo. Em uma palavra, não é exagerado afirmar que ela constitui, em definitivo, o balanço da revolução cultural nos meios rurais. Mais, é o ponto de junção entre os objectivos de uma revolução agrária e os de uma revolução industrial.

Disto se conclui que o balanço de dois anos de Revolução Agrária não se deve traduzir unicamente por números mas sobretudo pelos aspectos qualitativos que ela contém.

O IMPACTO DA EXPLICAÇÃO

É o balanço qualitativo que permite afirmar, desde já, que o método utilizadoe o espírito que presidiu à sua aplicação respondeu às aspirações profundas do campesinato argelino. É o que explica a sua adesão expontânea e a sua integração, sem traumatismos, a este processo de evolução rápida de um meio que tem por hábito conhecer um ritmo lento de desenvolvimento. Quer dizer que o vocábulo "Revolução Agrária" em vez de "reforma agrária" é plenamente justificado por este primeiro balanço qualitativo.

A Revolução Agrária ultrapassa, em todos os planos, o quadro do meio rural e atinge o conjunto da população argelina. A título de exemplo, o aumento da produção e a melhoria da produtividade agrícolas, a introdução de técnicas culturais modernas, o papel das cooperativas são elementos que não apenas dinamizam o meio rural mas conduzem inevitavelmente a mutações na sociedade argelina. Por outro lado, a estabilização do camponês, pelo colocar à sua disposição novas condições de vida, e a sedentarização dos nómadas (objectiva da 3.ª fase da Revolução) são outros dos mecanismos que permitem uma promoção geral planificada do conjunto dos sectores económicos do país, os quais, com efeito, mais não são que instrumentos postos em acção para a edificação da sociedade socialista e a promoção do homem argelino.

Foi possível vencer o desafio posto pela Revolução Agrária através da coesão entre os diferentes aparelhos e instituições do país. E também ao impacto da campanha de explicação e à adequação judiciosa entre as aspirações de todo um povo, às suas tradições militantes ancestrais e à realização de uma justiça social ao mesmo tempo estimulante e finalidade dessas tradições militantes. Eis o que caracteriza toda a originalidade da revolução argelina.

A QUEM A TRABALHA

No início da Revolução Agrária o sector socialista da agricultura ocupava um terço da área agrícola (sector maioritariamente organizado em propriedades auto-geridas). Dispunha de terras ricas (que haviam pertencido aos antigos colonos), de meios técnicos modernos e funcionando segundo um modo de gestão em conformidade com as opções fundamentais do país, este sector era o mais viável da agricultura argelina. Tal não sucedia com o sector privado, no qual existiam desequilíbrios flagrantes que se acentuavam de ano para ano. Agrupando dois terços das áreas cultivadas, ocupando 85% das massas camponesas, assegurava apenas 50% da produção agrícola. A pobreza de algumas terras, a falta de meios, de água e métodos culturais arcaicos explicavam um pouco tal situação.

Mas o principal desequilíbrio residia noutro ponto: na repartição das terras. 3% dos proprietários possuiam 25% das terras cultiváveis (mais de 50 ha cada um). Os médios proprietários (30%) possuiam 50% das terras (propriedades de 10 a 50 ha). Os pequenos proprietários, representando 50% dos camponeses detinham menos de 10% do total das terras. E havia ainda aqueles a quem se destinava prioritariamente a Revolução Agrária: os camponeses sem terra — 750 000 chefes de família — que colocavam todo o seu saber e amor pela terra ao serviço de um proprietário que, muitas vezes, vivia nos seus apartamentos das grandes cidades.

Face a tal situação, a carta precisa o objectivo a atingir: fazer que a terra volte para quem a trabalha. Uma tal linguagem nunca fora ouvida na Argélia. Compreende-se que tenha parecido dura para alguns e que metesse medo a outros. Foi necessária toda a determinação do poder revolucionário e a sua fé nos camponeses argelinos para que a obra fosse levada avante. Em 10 de Novembro de 1971, o presidente Boumediène afirmava perante os quadros da União Geral dos Trabalhadores Argelinos: "os que se levantarem contra esta Revolução Agrária não podem ser mais que inimigos do povo, porque nunca a ela se podem opôr os que crêem firmemente nos interesses das massas".

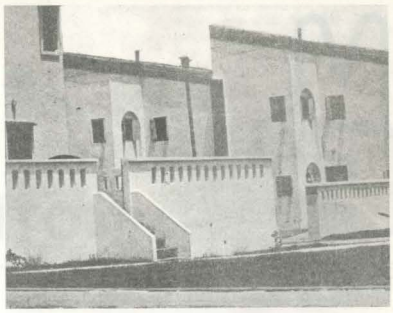
NEM IDEIAS FEITAS, NEM ABUSOS

A 21 de Janeiro de 1972 foi empossada a Comissão Nacional da Revolução Agrária (C. N. R. A.). Esta comissão, lembrou Boumediène, velará pelo bom desenrolar das operações da Revolução Agrária, no decurso das quais "não haverá lugar para as ideias feitas ou os abusos da influência". A C. N. R. A. reuniu-se a seguir, estabelecendo um programa de acção prevendo o lançamento de uma campanha de explicação a nível nacional, o erguer de órgãos de aplicação e, tais operações realizadas, a abertura da primeira fase da Revolução Agrária. Não se tratava de suprimir a propriedade privada, mas de liquidar a exploração do homem pelo homem. Os camponeses que possuissem menos de 5 ha de terras não irrigadas continuariam na posse delas. Por outro lado todos os membros do Conselho da Revolução e do governo que possuiam terras foram obrigados a doá-las ao povo.

O entusiasmo pela Revolução Agrária foi tal no seio da população que o C. N. R. A. decidiu, em Abril de 1972, abrir um fundo público denominado "fundo de apoio à Revolução Agrária", para o qual contribuiram milhares de argelinos.

A operação "declaração de residência" — que marcou o início da primeira fase — foi lançada em Março de 1972: cada proprietário agrícola, absentrista ou não, devia declarar o lugar da sua residência familiar às autoridades administrativas da área da sua propriedade. Esta operação durou até Julho. Ainda em Março, começaram a ser instalados os órgãos de aplicação de base da Revolução Agrária que compreendiam, além dos membros eleitos, os representantes locais do Partido e das organizações de massas, os representantes dos camponeses sem terras e os pequenos proprietários. O recenceamento das terras agrícolas comunais ou de vocação agrícola, que foi levado a cabo por brigadas criadas ao nível regional iniciou-se também em Março.

Lançada em 17 de Junho de 1972 em Khemis-El-Khechna, a operação distribuição das terras, que constituiu o objectivo da primeira fase de aplicação da Revolução Agrária, ia rapidamente alastrar pelo país inteiro. No início de 1973 a operação estava quase terminada. Na maior parte dos casos os camponeses foram reagrupados em cooperativas de produção (C. A. P. R. A.) que exploram em comum e que se compõem do conjunto das suas parcelas (13 ha para cada atribuitário em média).



ERGUER 1000 ALDEIAS SOCIALISTAS

TRACTORES PARA A REFORMA AGRARIA

Diversas medidas foram tomadas pela C. N. R. A. para assegurar o arranque conveniente das novas cooperativas: prémios individuais de instalação não reembolsáveis para permitir aos agricultores subsistir até às novas colheitas. Por outro lado, cada cooperativa beneficia de empréstimos a título de créditos anuais de campanha e de créditos de equipamento. De Outubro de 1972 a Fevereiro de 1973, 72 milhões de dinares (504 milhões de escudos) foram desbloqueados pelo vigamismo de crédito: 22 milhões como créditos de campanha e 50 como créditos de equipamento.

Mas algumas dificuldades se fizeram sentir, dada a falta de material técnico e, num dado momento, de sementes e adubos. Mas a criação de cooperativas polivalentes de serviços (C. A. P. C. S.) a nível de cada comuna rural começa a pôr fim a tais dificuldades: 100 das 600 previstas há um ano estão já em funcionamento. Na região de Argel, por exemplo, as C. A. P. C. S. asseguram aos agricultores não apenas o apoio técnico mas ainda a comercialização grossista das frutas e legumes.

A MUTAÇÃO

Assinalemos, por fim, que 1400 agentes foram formados em dois cursos, que terminaram em Fevereiro e Julho de 1973. Especializados em produção vegetal, em produção animal e em gestão e contabilidade foram repartidos pelas comunas para enquadrar e aconselhar os agricultores.

A promeira fase da Revolução Agrária terminou em Janeiro de 1973. Nesta data, os campos argelinos continham já em si os germes da mutação profunda que os transportava de um mundo de insegurança e de ignorância a um outro de justiça e prosperidade.

Entretanto, em Setembro de 1972 começa também o recenseamento das terras privadas. Os 1900 agentes afectos a esta operação (alunos dos 1.º e 2.º anos das escolas regionais de agricultura) foram precedidos na sua acção por uma campanha de ex-

(Continua na pág. 6)